
Klabin S.A.



Klabin

**Informações Trimestrais dos períodos de três e nove meses findos
em 30 de Setembro de 2012**

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

ÍNDICE DE NOTAS EXPLICATIVAS	Página
1 INFORMAÇÕES GERAIS	34
2 BASE DE APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	35
3 CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	43
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	44
5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	44
6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	45
7 PARTES RELACIONADAS	46
8 ESTOQUES	48
9 TRIBUTOS A RECUPERAR	48
10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	49
11 PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS	52
12 IMOBILIZADO	53
13 ATIVOS BIOLÓGICOS	54
14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	57
15 FORNECEDORES	58
16 PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, CÍVEIS E TRABALHISTAS	59
17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61
18 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	63
19 DESPESAS / RECEITAS POR NATUREZA	64
20 RESULTADO FINANCEIRO	64
21 PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES	65
22 RESULTADO POR AÇÃO	66
23 SEGMENTOS OPERACIONAIS	67
24 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	72
25 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	76
26 COBERTURA DE SEGUROS	77
27 EVENTOS SUBSEQUENTES	78

As notas explicativas estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Klabin S.A. (“Companhia”) e suas controladas atuam em segmentos da indústria de papel para atendimento aos mercados interno e externo: fornecimento de madeira, papéis de embalagem, sacos de papel e caixas de papelão ondulado. Suas atividades são plenamente integradas desde o florestamento até a fabricação dos produtos finais. A Klabin é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BM&F Bovespa. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo.

A Companhia controladora (Klabin S.A.) também possui investimentos em Sociedades em Conta de Participação (SCPs), com o propósito específico de captar recursos financeiros de terceiros para projetos de reflorestamento. A Companhia, na qualidade de sócia ostensiva, tem contribuído com ativos florestais, basicamente florestas e terras, através da concessão de direito de uso e os demais sócios investidores contribuído em espécie para as referidas SCPs. Essas SCPs asseguram à Klabin S.A. o direito de preferência para aquisição de produtos florestais a preços e condições de mercado.

A Companhia também possui participação em outras sociedades (notas explicativas 3 e 11), cujas atividades operacionais estão relacionadas aos seus próprios objetivos de negócio.

1.1 Aquisição da Florestal Vale do Corisco Ltda.

Conforme anunciado pela Companhia em Fato Relevante publicado em 4 de novembro de 2011, a Klabin S.A. (“Klabin”) juntamente com a Arauco Forest Brasil S.A. (“Arauco”), adquiriram, através de sua controlada Centaurus Holdings S.A. (“Centaurus”), 100% das cotas do capital social da empresa Florestal Vale do Corisco Ltda. (“Vale do Corisco”) pelo valor de R\$ 808.779 (equivalente a USD 458,3 milhões), pagos integralmente em 17 de novembro de 2011, data da aquisição do investimento.

Para a aquisição desse investimento, Klabin e Arauco aportaram R\$ 838.924 ao capital social da Centaurus, sendo R\$ 427.831 pela Klabin e R\$ 411.073 pela Arauco. Considerando o acordo de acionistas firmado, a Companhia tratou o investimento na Centaurus como um investimento de controle em conjunto (*joint venture*) e reconhece pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Vale do Corisco é uma empresa do segmento florestal, especializada no cultivo e comercialização de madeira, detentora de 107 mil hectares de terras com 63 mil hectares de florestas de pinus e eucalipto plantadas no Estado do Paraná. Com essa aquisição e considerando sua participação na área florestal da sua controlada em conjunto Centaurus, a área florestal plantada da Companhia totaliza 243 mil hectares, dos quais 110 mil hectares estarão disponíveis para o desenvolvimento de novos projetos industriais.

Durante o segundo trimestre de 2012, a alocação do preço de compra entre ativos e passivos foi concluída, com a assistência de especialistas contratados, conforme definição e prazo permitidos pelo CPC 15 – Combinação de Negócios, gerando um ganho de compra vantajosa de R\$ 36.011 registrado na Centaurus, adquirente da Vale do Corisco. A alocação do preço foi definida da seguinte forma:

Preço de Compra	808.779
Valor de custo de ativo imobilizado (terras)	88.345
Valor de custo de ativos biológicos	165.875
Valor de custo de outros ativos e passivos assumidos, líquidos	143.165
Ajuste ao valor justo do ativo imobilizado (terras)	283.923
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	393.964
IR/CS diferidos sobre os ajustes ao valor justo acima	(230.482)
Ativos e passivos líquidos adquiridos	844.790
Ganho por compra vantajosa	(36.011)

O ganho por compra vantajosa está registrado no resultado individual e consolidado da Companhia, compondo o resultado de equivalência patrimonial da controlada Centaurus, auferido de acordo com seu percentual de participação.

1.2 Reestruturação societária de controladas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2012, foi aprovada pelos acionistas da controlada Centaurus, a cisão parcial com versão de parcelas de seu patrimônio líquido correspondente à Vale do Corisco. Com essa reorganização, os acionistas Klabin e Arauco passaram a deter participação direta e conjunta na Vale do Corisco na proporção de 51% e 49% respectivamente.

Com a referida reorganização a controlada Centaurus passa a ser consolidada integralmente, enquanto que a controlada em conjunto Vale do Corisco passa a ser reconhecida pelo método da equivalência patrimonial.

2 BASE DE APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação das informações trimestrais

A Companhia apresenta as informações trimestrais individuais de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e consolidadas de acordo com o CPC 21 e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitido pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As informações trimestrais individuais (“Controladora”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e divergem das práticas prescritas no IFRS – *International Financial Reporting Standards*, somente quanto à avaliação de investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, ao invés de custo ou valor justo.

2.2 Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são:

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas, exceto da controlada Klabin Argentina (nota explicativa 3) que tem como moeda funcional o Peso Argentino (AS).

(i) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no fechamento do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado da Companhia.

(ii) Controladas no exterior

As controladas no exterior com características de filial possuem a mesma moeda funcional da Companhia. A controlada que possui moeda funcional diferente à da Companhia, tem suas diferenças cambiais resultantes da conversão de suas demonstrações financeiras contabilizadas separadamente em conta do patrimônio líquido denominada “ajustes de avaliação patrimonial” (resultado abrangente). No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido referente a essa controlada no exterior é reconhecido na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos dessa controlada no exterior são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. As receitas e despesas são convertidas pelas taxas de câmbio das datas das operações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 1) ativos financeiros: (i) mensurados pelo valor justo no resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponíveis para venda; 2) passivos financeiros: (i) mensurados a valor justo no resultado e (ii) outros passivos financeiros.

(i) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de disponíveis para venda e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado), correspondentes ao seu valor justo.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas. Se aplicável, os saldos de empréstimos e financiamentos contemplam a variação cambial reconhecida sobre o passivo.

Os juros são mensurados pelo método da taxa de juros efetiva e registrados como despesa financeira, assim como a referida atualização monetária e a variação cambial auferida sobre o saldo de empréstimos e financiamentos em aberto.

d) Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados são valorizados pelo custo das matérias-primas processadas, mão de obra direta e outros custos de produção.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescência de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

f) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

As alíquotas de impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos são as mesmas para os impostos correntes.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante, sendo provenientes basicamente de provisões temporariamente não dedutíveis e tributos em discussão judicial, tanto no ativo como no passivo na controladora, variação cambial diferida na controladora e ajustes incluídos no Regime Tributário de Transição (RTT) como: custo atribuído ao ativo imobilizado (terras), mensuração dos ativos biológicos a valor justo (nota explicativa 13), e alteração nas taxas de depreciação do ativo imobilizado (nota explicativa 12) e amortizações do ativo diferido.

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do período é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos de imposto pagos durante o período.

g) Investimentos

São representados por investimentos em empresas controladas e empresas com controle compartilhado, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, em decorrência da participação da Companhia nestas empresas. As informações trimestrais das controladas e controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as mesmas adotadas pela Companhia.

Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas e controladas em conjunto, são eliminados para fins de equivalência patrimonial, no balanço individual, e para fins de consolidação.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada e controladas em conjunto sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na demonstração do resultado.

A variação cambial sobre o investimento em entidades controladas no exterior reconhecida no “Resultado Abrangente” é classificada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e realizado mediante a realização do investimento a que se refere.

Nas informações trimestrais consolidadas da Companhia, a participação de sócios investidores nas Sociedades em Conta de Participação (notas explicativas 3 e 11) é apresentada no balanço patrimonial no passivo, sob a rubrica de “Outras contas a pagar – investidores SCPs”, por tratar-se de passivos financeiros e não instrumentos patrimoniais, conforme CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação.

A Administração da Companhia qualifica as Sociedades em Conta de Participação, como entidades de vida própria com característica de subsidiárias, as quais são registradas nas informações trimestrais individuais da Companhia pela avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial do IFRS, foram avaliados a valor justo (*deemed cost*) os custos da classe de imobilizado de terras, com base na adoção do custo atribuído aos ativos desta classe.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 12.

Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do período conforme são efetivamente realizados.

Encargos financeiros são capitalizados ao ativo imobilizado, quando incorridos sobre imobilizações em andamento, se aplicáveis.

i) Redução do valor recuperável de ativos ("*impairment*")

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o seu valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de

outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem a florestas de eucalipto e pinus, as quais são destinadas para produção de papéis para embalagem, sacos de papel e caixas e chapas de papelão ondulado, além de venda para terceiros. O processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de 7 – 14 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 13.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “variação do valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

k) Ativo intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida. Gastos com pesquisa de novos produtos e técnicas utilizadas pela Companhia são registrados no resultado do período como despesa, a medida que são incorridos.

l) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subseqüentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável a saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são descontadas utilizando uma taxa de desconto, que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação.

Dentre as provisões levantadas pela Companhia, se encontram as provisões para riscos fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, as quais são provisionadas quando os processos judiciais são

avaliados como perda provável, pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia. Essa avaliação é efetuada considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, este ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

n) Receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida quando todos os riscos e benefícios relevantes inerentes ao produto são transferidos ao comprador, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e quando possa ser medida de forma confiável, medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

o) Benefícios a empregados e plano de previdência privada

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia concede plano de previdência privada e assistência médica a ex-funcionários aposentados até 2001, caracterizados como planos de benefício definido. Esses benefícios adotam práticas de reconhecimento do passivo e do resultado mensurados com base na avaliação atuarial, preparado por perito independente. Os ganhos e perdas auferidos na avaliação atuarial dos benefícios gerados por alterações nas premissas e compromissos atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em "Ajustes de Avaliação Patrimonial", enquanto os juros incorridos sobre o passivo atuarial são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das informações trimestrais foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas informações trimestrais, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As informações trimestrais incluem várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões para riscos fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

q) Lucro por ação

A Companhia apura o montante de lucro por ação do período com base na atribuição do lucro do período a cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades em circulação durante o período.

r) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações trimestrais apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

2.3 Reapresentação das informações trimestrais consolidadas de 2011

A Administração da Companhia está reapresentando os saldos das informações trimestrais consolidadas dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, em razão da reclassificação da participação de acionistas minoritários nas Sociedades em Conta de Participação (“SCPs”), anteriormente registrados como patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores.

Segundo os critérios definidos no CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Administração da Companhia entende que os acionistas minoritários das SCPs não se caracterizam como instrumentos patrimoniais alocados ao patrimônio líquido, conforme entendimento anteriormente adotado, devendo estes serem classificados como instrumentos financeiros passivos no balanço patrimonial consolidado. Como consequência, os minoritários das SCPs foram registrados no balanço patrimonial consolidado, dentro do passivo não circulante, sob a rubrica de “Contas a pagar – investidores SCPs”, assim como o resultado do período atribuído à participação de acionistas não controladores foi reclassificado para o grupo de “Despesas Financeiras” nas informações trimestrais consolidadas.

Dessa forma, segundo o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia apresenta abaixo os impactos em suas informações trimestrais consolidadas das informações comparativas do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, referentes à reclassificação acima mencionada, da seguinte forma:

	Consolidado		
	Resultado do período ajustado - 30/9/2011		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro Bruto	953.701	-	953.701
Despesas/ receitas operacionais	(426.731)	-	(426.731)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	526.970	-	526.970
Receita financeira	264.338	-	264.338
Despesa financeira	(678.658)	(22.049)	(700.707)
Imposto de renda e contribuição social	(30.311)	-	(30.311)
Lucro líquido do exercício atribuído a:			
. Acionistas controladores	60.290	-	60.290
. Acionistas não controladores	22.049	(22.049)	-

	Consolidado		
	Demonstração do fluxo de caixa ajustada - 30/9/2011		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa de atividades operacionais	543.967	(115)	543.852
Fluxo de caixa de atividades de investimento	(223.051)	-	(223.051)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	(37.324)	115	(37.209)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	283.592	-	283.592

	Consolidado		
	Demonstração do valor adicionado ajustada - 30/9/2011		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Valor adicionado bruto	1.673.550	-	1.673.550
Valor adicionado líquido produzido	1.211.215	-	1.211.215
Valor adicionado recebido em transferência	264.338	-	264.338
Valor adicionado total a distribuir	1.475.553	-	1.475.553
Distribuição do valor adicionado:			
. Pessoal	390.641	-	390.641
. Impostos, taxas e contribuições	323.915	-	323.915
. Remuneração de capitais de terceiros	678.658	22.049	700.707
. Remuneração de capitais próprios	82.339	(22.049)	60.290
	1.475.553	-	1.475.553

Os efeitos nas demonstrações do resultado abrangente, lucro básico e diluído por ação e demonstração das mutações do patrimônio líquido não estão sendo demonstrados nos quadros acima, pois seus efeitos incluem somente a exclusão da participação de acionistas não controladores. As peças apresentadas na referidas informações trimestrais contemplam os ajustes mencionados.

2.4 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidos e ainda não adotados

Foram aprovados e emitidos ou colocados em fase de aprovação novos pronunciamentos técnicos contábeis, além de revisões de pronunciamentos anteriormente publicados, e novas interpretações do IASB, mas ainda sem adoção obrigatória, ainda não normatizados pelo CPC e CVM, dos quais não foram adotados antecipadamente na preparação das informações trimestrais dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012. A Administração da Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos e os implementará a medida que tornarem-se obrigatórios, não sendo esperados ajustes relevantes. Segue abaixo a relação dos recentes pronunciamentos, revisões e interpretações emitidas ou em fase de aprovação:

Pronunciamento	Conteúdo
IFRS 7 - Modificações à IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros. Vigência: 2012
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração. Vigência: 2015
IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes da IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC-12. Vigência: 2013
IFRS 11 – Joint Arrangements	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional. Vigência: 2013

Pronunciamento	Conteúdo
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas. Vigência: 2013
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando este é exigido por outros pronunciamentos. Vigência: 2013
IAS 27 (R) – Demonstrações Separadas	Alterações no pronunciamento IAS 27. Vigência: 2013
IAS 28 (R) – Investimento em Coligada e em Controlada	Alterações no pronunciamento IAS 28. Vigência: 2013

3 CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir, exceto as controladas que possuem controle compartilhado (*joint venture*) com outras entidades, as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial tanto nas informações trimestrais individuais quanto nas consolidadas.

As informações trimestrais das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais; (ii) os lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos são igualmente eliminados e (iii) o valor da participação dos acionistas minoritários é calculado e demonstrado separadamente.

As informações trimestrais consolidadas abrangem as da Klabin S.A. e as de suas controladas em 30 de setembro de 2012 e 2011 e 31 de dezembro de 2011, como seguem:

				Participação - %		
	<u>País</u> <u>Sede</u>	<u>Atividade</u>	<u>Participação</u>	<u>30/9/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/9/11</u>
<u>Empresas controladas:</u>						
Klabin Argentina S.A.	Argentina	Sacos industriais	Direta/indireta	100	100	100
Klabin Ltd.	Cayman Islands	Participação em outras companhias	Direta	100	100	100
. Klabin Trade	Inglaterra	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Indireta	100	100	100
Klabin Forest Products Company	Estados Unidos	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Direta	100	100	100
IKAPÊ Empreendimentos Ltda.	Brasil	Hotelaria	Direta	100	100	100
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	Brasil	Fabricação de produtos fitoterápicos	Direta	100	100	100
Antas Serviços Florestais S/C Ltda.	Brasil	Plantio de florestas	Direta	100	100	100
Centaurus Holdings S.A. (*)	Brasil	Participação em sociedades	Direta	100	-	100
Timber Holdings S.A. (**)	Brasil	Participação em sociedades	Direta	-	-	100
<u>Sociedades em Conta de Participação:</u>						
Paraná	Brasil	Reflorestamento	Direta	88	88	88
Santa Catarina	Brasil	Reflorestamento	Direta	91	91	91
<u>Empresas com controle compartilhado (não consolidadas):</u>						
Centaurus Holdings S.A. (*)	Brasil	Participação em sociedades	Direta	-	57	-
Florestal Vale do Corisco Ltda. (*)	Brasil	Reflorestamento	Direta	51	-	-

(*) Vide informações da nota explicativa 1.

(**) Controlada alienada em setembro de 2011.

Investimento em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*)

As informações trimestrais da Florestal Vale do Corisco Ltda., caracterizada como entidade controlada em conjunto (*joint venture*), não são consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controle conjunto foi adquirido, tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo referida operação registrada pela avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia seguindo suas políticas de aplicações de recursos tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, mantidos em instituições financeiras nas quais a Administração entende que sejam de primeira linha tanto no Brasil como no exterior, de acordo com o *rating* divulgado pelas agências de classificação de risco. A Administração tem considerado esses ativos financeiros como equivalentes de caixa devido à sua liquidez imediata junto às instituições financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	30/9/2012	31/12/2011	30/9/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	1.963	8.583	64.243	87.341
Aplicações moeda nacional	2.450.718	2.137.110	2.551.647	2.251.875
Aplicações moeda estrangeira	-	763	298.673	1.848
	2.452.681	2.146.456	2.914.563	2.341.064

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondentes a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e outras operações compromissadas, indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com taxa média anual de remuneração de 7,49% (11,63% em 31 de dezembro de 2011), e as aplicações em moeda estrangeira correspondem a operações de *Time Deposit* firmados em dólar, com taxa média de remuneração anual de 0,21% (1,04% em 31 de dezembro de 2011), com liquidez diária garantida pelas instituições financeiras.

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

São representados por Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT) cuja remuneração é indexada à variação da SELIC. Em 30 de setembro de 2012 o saldo desses títulos é de R\$ 236.025 (R\$ 221.260 em 31 de dezembro de 2011), os quais a Administração classificou como ativos financeiros disponíveis para venda. Seus vencimentos originais são até o final de 2013. Entretanto esses títulos possuem um mercado ativo cujo valor justo é basicamente o valor do principal acrescido dos juros originalmente estabelecidos nesses títulos.

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/9/2012	31/12/2011	30/9/2012	31/12/2011
Cientes				
. Nacionais	786.044	629.074	786.124	629.146
. Estrangeiros	14.036	10.042	218.975	225.793
Total de clientes	800.080	639.116	1.005.099	854.939
PCLD	(45.822)	(33.665)	(45.947)	(33.791)
	754.258	605.451	959.152	821.148
Vencidos	72.011	73.491	79.246	77.977
% s/ Total da Carteira	9,00%	11,50%	7,88%	9,12%
01 a 10 dias	4.576	9.037	4.576	9.037
11 a 30 dias	6.823	17.444	9.359	19.745
31 a 60 dias	6.864	7.755	7.879	9.133
61 a 90 dias	2.908	4.798	4.654	5.115
+ de 90 dias	50.840	34.457	52.778	34.947
A Vencer	728.069	565.625	925.853	776.962
Total da Carteira	800.080	639.116	1.005.099	854.939

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes corresponde a aproximadamente 60 dias para as vendas realizadas no mercado interno e aproximadamente 120 dias para vendas realizadas no mercado externo, havendo cobrança de juros após o vencimento do prazo definido na negociação. Conforme mencionado na nota explicativa 24, a Companhia possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto. A movimentação da provisão está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(30.689)	(30.764)
Provisões do exercício	(9.080)	(14.324)
Reversões de créditos	6.104	11.297
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(33.665)	(33.791)
Provisões do exercício	(16.906)	(16.909)
Reversões de créditos	4.749	4.753
Saldo em 30 de setembro de 2012	(45.822)	(45.947)

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente a duplicatas vencidas há mais de 90 dias. A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Despesas / receitas operacionais – com vendas”.

7 PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com partes relacionadas

		Controladora				
		30/9/2012	31/12/2011	30/9/2011		
Tipo de relação		Sociedade em Conta de Participação		Sociedade em Conta de Participação		Total
		(i)	(ii) e (iv)	(iii) e (v)	(vi) e (vii)	
Saldos	Klabin Argentina Trade Controlada	(i)	(ii) e (iv)	(iii) e (v)	(vi) e (vii)	Total
		431	492.551	3.527	789	4.182
Transações	Receita de vendas	1.932	590.627	10.712	2.092	605.363
	Compras			118.149	26.194	144.343
Saldos	Despesa de juros s/ financiamento					93.135
	Comissão de aval - despesa					15.094
Transações	Despesa de royalties					25.434
						3.816
Saldos	Ativo circulante					534.671
	Ativo não circulante					131.223
Transações	Passivo circulante					96.404
	Passivo não circulante					19.128
Saldos						23.075
						1.158.246

- (i) Saldo a receber de operações de vendas de produtos realizadas a preços e prazos nas condições estabelecidas entre as partes;
- (ii) Compra de madeira realizada a preços e prazos nas condições usuais de mercado;
- (iii) Licenciamento de uso de marca;
- (iv) Despesa antecipada sobre comissão de aval, calculado sobre o saldo de financiamentos do ENDES de 1% ao semestre;
- (v) Fornecimento de mudas, sementes e serviços a preços e prazos nas condições usuais de mercado;
- (vi) Captação de financiamento nas condições usuais de mercado;
- (vii) Outras

	Consolidado					
			30/9/2012	31/12/2011	30/9/2011	
	Monteiro Aranha S.A.	Klabin Irmãos & Cia.	BNDES	Outras	Total	Total
	(i)	(i), (ii) e (iv)	(iii)	(iv)	Total	Total
Tipo de relação	Acionista	Acionista	Acionista			
Saldos						
Ativo circulante		4.182			4.182	10.211
Ativo não circulante		301			301	760
Passivo circulante	467	2.277	351.683	375	354.802	356.700
Passivo não circulante			1.191.417		1.191.417	1.158.246
Transações						
Despesa de juros s/ financiamento			93.135		93.135	96.404
Comissão de aval - despesa		15.094			15.094	19.128
Despesa de royalties	3.816	18.623		2.995	25.434	23.075

(i) Licenciamento de uso de marca;

(ii) Despesa antecipada sobre comissão de aval, calculado sobre o saldo de financiamentos do BNDES de 1% ao semestre;

(iii) Captação de financiamento nas condições usuais de mercado;

(iv) Outras

b) Remuneração e benefícios da Administração

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 3 de abril de 2012 o montante global da remuneração anual da Administração e do conselho fiscal, fixada em até R\$ 30.000 para o exercício de 2012. A remuneração aprovada para o exercício de 2011 correspondia a R\$ 29.700.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do conselho fiscal:

	Controladora e consolidado					
	Curto prazo		Longo prazo		Total dos benefícios	
	30/9/2012	30/9/2011 (*)	30/9/2012	30/9/2011	30/9/2012	30/9/2011
Administração e conselho fiscal	21.656	14.247	584	439	22.240	14.686

(*) Contempla ajuste de provisão sobre remuneração variável efetuada em 2011

A remuneração da Administração contempla os honorários dos respectivos conselheiros, honorários e remunerações variáveis dos diretores. Os benefícios de longo prazo referem-se às contribuições feitas pela Companhia no plano de previdência. Referidos montantes estão registrados substancialmente na rubrica “Despesas / receitas operacionais - administrativas”.

A Companhia concede aos diretores estatutários e outros executivos um Plano de Outorga de Ações, descrito na nota explicativa 21.

8 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30/9/2012	31/12/2011	30/9/2012	31/12/2011
Produtos acabados	92.028	99.936	116.770	129.714
Matérias-primas	107.466	114.274	119.344	122.456
Madeiras e toras	104.327	111.193	104.327	111.193
Combustíveis e lubrificantes	6.150	6.731	6.150	6.731
Material de manutenção	124.402	127.537	125.824	128.982
Provisão para perdas	(6.543)	(3.127)	(6.453)	(3.127)
Outros	13.477	8.482	15.232	10.269
	441.307	465.026	481.194	506.218

Os estoques de matérias primas incluem bobinas de papel transferidas das unidades produtivas de papel para as unidades de conversão.

A despesa com a constituição da provisão para perdas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Custo dos produtos vendidos”. Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011, o efeito líquido da provisão para perda com estoques foi um complemento na provisão de R\$ 3.416 e de R\$ 865, respectivamente.

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

	30/9/2012		31/12/2011	
	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Ativo Circulante	Ativo não Circulante
ICMS	14.861	42.556	49.228	56.186
PIS	2.033	8.669	6.246	8.879
COFINS	2.779	50.604	27.098	51.299
IR/CS	122.061	-	2.233	-
Outros	5.607	20.096	10.459	20.388
Controladora	147.341	121.925	95.264	136.752
Controladas	4.225	-	5.355	-
Consolidado	151.566	121.925	100.619	136.752

Em virtude do plano de expansão (Projeto MA1100, realizado nos últimos anos), a Companhia registrou créditos de impostos e contribuições incidentes nas aquisições de ativo imobilizado conforme legislação vigente, os quais vêm sendo utilizados para compensação futura com impostos a pagar da mesma natureza ou outros impostos.

A Companhia, com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração não prevê riscos de não realização desses créditos tributários.

O PIS/COFINS e o ICMS mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados com esses mesmos tributos a recolher nos próximos 12 meses, conforme estimativa da Administração.

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza e expectativa de realização dos impostos diferidos

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os efeitos dos impostos diferidos ativos e passivos são:

	Controladora		Consolidado	
	30/9/2012	31/12/2011	30/9/2012	31/12/2011
Provisões fiscais, prev, trabalhistas e cíveis	27.519	29.884	27.519	29.884
Juros adesão REFIS (nota explicativa 16)	-	72.491	-	72.491
Baixa de ativo diferido (adoção do RTT)	15.877	18.677	15.877	18.677
Prejuízos fiscais e bases negativas	-	-	124	118
Variação cambial diferida (*)	201.351	81.676	201.351	81.676
Passivo atuarial	12.964	12.964	12.964	12.964
Outras diferenças temporárias	37.244	24.061	37.239	24.062
Ativo não circulante	294.955	239.753	295.074	239.872
Valor justo dos ativos biológicos	392.891	320.221	810.832	605.000
Revisão vida útil imobilizado (adoção RTT)	162.879	122.116	162.879	122.116
Custo atribuído ao ativo imobilizado	263.954	263.954	565.742	544.136
Ajuste a valor presente de saldos	46.726	-	46.726	-
Reserva de reavaliação de ativos	25.840	26.114	25.840	26.114
Outras diferenças temporárias	45.076	42.846	45.076	43.666
Passivo não circulante	937.366	775.251	1.657.095	1.341.032
Saldo líquido no balanço (passivo)	642.411	535.498	1.362.021	1.101.160

(*) A Administração optou pelo critério de reconhecimento fiscal das variações cambiais de seus direitos e obrigações com base no regime de caixa, gerando diferenças temporárias de variação cambial, as quais serão tributadas em função da liquidação dos débitos e obrigações denominados em moeda estrangeira.

A Companhia adota desde 2008 o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09 para tratamento fiscal de imposto de renda e contribuição social dos efeitos dos pronunciamentos contábeis (CPCs).

A Administração, com base em orçamento, plano de negócios e projeção orçamentária aprovados pelo Conselho de Administração, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	30/9/2012	
	Controladora	Consolidado
2012	28.987	28.987
2013	69.512	69.512
2014	56.856	56.856
2015	62.084	62.084
2016 em diante	77.516	77.635
	294.955	295.074

A projeção acima, de realização do saldo, pode não se concretizar caso as estimativas utilizadas na preparação das referidas informações trimestrais sejam divergentes das efetivamente realizadas.

As informações da Companhia acerca dos tributos em discussão judicial estão demonstradas na nota explicativa 16.

b) Despesa de imposto no resultado

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferida nos resultados dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 encontram-se resumidas a seguir:

	Controladora			
	1/7 à	1/1 à	1/7 à	1/1 à
	30/9/2012	30/9/2012	30/9/2011	30/9/2011
Despesa de imposto corrente	(53.593)	(1.231)	(34.041)	(88.049)
Ajuste do exercício anterior	-	-	-	(842)
Corrente	(53.593)	(1.231)	(34.041)	(88.891)
Constituição e reversão de diferenças temporárias	(2.059)	17.758	169.905	140.678
Reavaliação vida útil imobilizado	(13.615)	(40.763)	(15.347)	(43.852)
Variação de valor justo e exaustão de ativos biológicos	(35.307)	(72.671)	7.615	14.982
Diferido	(50.981)	(95.676)	162.173	111.808

	Consolidado			
	1/7 à	1/1 à	1/7 à	1/1 à
	30/9/2012	30/9/2012	30/9/2011	30/9/2011
Despesa de imposto corrente	(70.491)	(45.181)	(49.027)	(134.662)
Ajuste do exercício anterior	-	-	-	(842)
Corrente	(70.491)	(45.181)	(49.027)	(135.504)
Constituição e reversão de diferenças temporárias	2.878	27.361	165.403	141.281
Reavaliação vida útil imobilizado	(13.615)	(40.763)	(15.347)	(43.852)
Variação de valor justo e exaustão de ativos biológicos	(83.916)	(188.523)	33.458	7.764
Diferido	(94.653)	(201.925)	183.514	105.193

c) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário

	Controladora			
	1/7 à	1/1 à	1/7 à	1/1 à
	30/9/2012	30/9/2012	30/9/2011	30/9/2011
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	435.412	702.357	(371.187)	37.373
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(148.040)	(238.801)	126.204	(12.707)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	40.539	113.760	1.123	36.068
Outros efeitos	2.927	28.134	805	(444)
	(104.574)	(96.907)	128.132	22.917
Imposto de renda e contribuição social				
. Corrente	(53.593)	(1.231)	(34.041)	(88.891)
. Diferido	(50.981)	(95.676)	162.173	111.808
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	(104.574)	(96.907)	128.132	22.917

	Consolidado			
	1/7 à 30/9/2012	1/1 à 30/9/2012	1/7 à 30/9/2011	1/1 à 30/9/2011
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	495.982	852.556	(377.542)	90.601
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(168.634)	(289.869)	128.364	(30.804)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	597	8.612	-	-
Outros efeitos	368	26.939	3.607	(1.023)
	(165.144)	(247.106)	134.487	(30.311)
Imposto de renda e contribuição social				
. Corrente	(70.491)	(45.181)	(49.027)	(135.504)
. Diferido	(94.653)	(201.925)	183.514	105.193
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	(165.144)	(247.106)	134.487	(30.311)

11 PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS

	Klabin Ltd. (i)	Klabin Argentina S.A.	Soc. em Conta de Participação "Paraná"	Soc. em Conta de Participação "Santa Catarina"	Centaurus Holdings S.A. (iv)	Florestal Vale do Corisco Ltda. (iv) (v)	Outras	Total
Em 31 de dezembro de 2010	20.552	31.228	1.126.862	415.799	150.573	-	42.944	1.793.958
Aquisição e integralização de capital					436.437		6.781	443.218
Dividendos recebidos				(18.010)				(54.442)
Equivalência patrimonial (ii)	19.188	5.409	(36.432)	2.528	13.477		(784)	131.423
Venda de empresa controlada (iii)			91.605				(39.431)	(39.431)
Variação cambial de investimento no exterior		1.622						1.622
Em 31 de dezembro de 2011	39.740	38.259	1.182.035	400.317	606.487	-	9.510	2.276.348
Aquisição e integralização de capital				(18.977)	2.680			2.680
Dividendos recebidos			(36.045)		(2.644)			(55.022)
Perda de variação no percentual de participação					(450.304)			(2.644)
Cisão / incorporação (v)					45.833	450.304		-
Equivalência patrimonial (ii)	28.287	5.554	226.108	29.213		(150)	(257)	334.588
Variação cambial de investimento no exterior		(331)						(331)
Em 30 de setembro de 2012	68.027	43.482	1.372.098	410.553	202.052	450.154	9.253	2.555.619

Resumo das informações financeiras das controladas em 30 de setembro de 2012:

Ativo total	68.027	54.498	2.134.121	585.914	180.882	1.146.730
Passivo total	-	10.539	577.796	132.289	47.793	265.387
Patrimônio líquido	68.027	43.959	1.556.325	453.625	133.089	881.343
Resultado do exercício	24.909	5.554	255.451	35.003	61.623	7.165

(i) Controladora da Klabin Trade.

(ii) Inclui efeitos de variação e realização do valor justo de ativos biológicos (nota explicativa 13).

(iii) Alienação da controlada Timber Holdings S.A.

(iv) Conforme notas explicativas 1 e 3 a Centaurus Holdings S.A. era controlada em conjunto e controladora da Florestal Vale do Corisco até maio/12, tornando-se subsidiária integral da Companhia em junho/12.

(v) Correspondente a reestruturação societária de controladas, mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

12 IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	30/9/2012		31/12/2011
	Depreciação		
	Custo	Acumulada	Líquido
Controladora			Líquido
Terrenos	967.483	-	967.483
Edifícios e construções	687.187	(290.481)	396.706
Máquinas, equipamentos e instalações	5.247.975	(2.987.523)	2.260.452
Obras e instalações em andamento	293.108	-	293.108
Outros (*)	514.883	(186.345)	328.538
	7.710.636	(3.464.349)	4.246.287
Consolidado			
Terrenos	2.000.481	-	2.000.481
Edifícios e construções	695.435	(293.273)	402.162
Máquinas, equipamentos e instalações	5.269.397	(3.002.386)	2.267.011
Obras e instalações em andamento	293.326	-	293.326
Outros (*)	516.786	(187.698)	329.088
	8.775.425	(3.483.357)	5.292.068

(*) Saldo correspondente a classes de imobilizado como benfeitorias, veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.

As informações dos ativos imobilizados dados em garantia de operações firmadas pela Companhia constam na nota explicativa 14, assim como a informação acerca da cobertura de seguros dos bens patrimoniais constam na nota explicativa 26.

b) Movimentação sumária do imobilizado

	Controladora				
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros
Saldo 31 de dezembro de 2010	970.496	430.396	2.178.068	178.051	175.337
Adições	-	-	-	286.504	41.737
Baixas	(2.325)	(1.828)	(1.825)	-	(3.271)
Depreciação	-	(21.053)	(194.648)	-	(16.125)
Transferências Internas	213	4.148	220.993	(219.315)	(6.039)
Outros	(1.687)	(5.845)	(5.557)	(2.324)	(223)
Saldo 31 de dezembro de 2011	966.697	405.818	2.197.031	242.916	191.416
Adições	-	-	-	288.687	117.234
Baixas	-	-	(908)	-	(84)
Depreciação	-	(15.652)	(130.418)	-	(13.495)
Transferências Internas	786	6.540	194.939	(235.717)	33.452
Outros	-	-	(192)	(2.778)	15
Saldo 30 de setembro de 2012	967.483	396.706	2.260.452	293.108	328.538
	Consolidado				
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros
Saldo 31 de dezembro de 2010	2.030.194	436.041	2.183.993	178.052	175.743
Adições	7.501	23	1.372	286.504	42.139
Baixas	(38.630)	(1.828)	(2.076)	-	(3.322)
Depreciação	-	(21.262)	(195.578)	-	(16.202)
Transferências Internas	213	4.148	220.998	(219.315)	(6.044)
Deconsolidação de controladas em conjunto (*)	(130.536)	-	-	-	-
Outros	(1.656)	(5.659)	(5.033)	(2.324)	(373)
Saldo 31 de dezembro de 2011	1.867.086	411.463	2.203.676	242.917	191.941
Adições	132	1	331	289.370	117.394
Baixas	-	-	(908)	(1)	(90)
Depreciação	-	(15.798)	(131.217)	-	(15.538)
Transferências Internas	786	6.540	195.375	(236.153)	33.452
Consolidação de controlada (**)	131.860	-	-	-	-
Outros	617	(44)	(246)	(2.807)	1.929
Saldo 30 de setembro de 2012	2.000.481	402.162	2.267.011	293.326	329.088

(*) Correspondendo a deconsolidação da Centaurus Holdings S.A mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

(**) Correspondente a consolidação apartir de junho/12 da controlada Centaurus Holdings S.A, mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

A depreciação foi substancialmente apropriada ao custo de produção do exercício.

c) Método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011, definida com base na vida útil econômica dos ativos:

	Taxa - %
Edifícios e construções	2,86 a 3,33
Máquinas, equipamentos e instalações	2,86 a 10 (*)
Outros	4 a 20

(*) Taxa predominante de 6%.

Ao final do exercício de 2011, a Administração efetuou uma nova revisão da vida útil dos ativos imobilizados da Companhia, e concluiu pela manutenção das mesmas taxas de depreciação aplicadas em 2010.

d) Obras e instalações em andamento

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se aos seguintes principais projetos: (i) instalação de linhas de transmissão de energia elétrica de alta tensão na unidade de Monte Alegre, (ii) de atualização tecnológica e ampliação nas unidades industriais do segmento de conversão, (iii) ampliação do sistema de evaporação na unidade de Otacílio Costa (iv) caldeira de biomassa na unidade de Correia Pinto, (v) projeto de expansão de Correia Pinto com a instalação de nova máquina de papel e (vi) investimentos correntes nas operações contínuas da Companhia.

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, com base em suas análises do valor em uso pelos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração.

13 ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros. Em 30 de setembro de 2012, considerando sua participação na área florestal da sua controlada em conjunto Florestal Vale do Corisco, a Companhia possui 243 mil hectares (243 mil hectares em 31 de dezembro de 2011) de florestas plantadas (informação não examinada pelos auditores independentes), desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/9/2012	31/12/2011	30/9/2012	31/12/2011
Custo de formação dos ativos biológicos	474.544	435.942	1.038.166	952.455
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	1.139.607	925.809	2.368.843	1.763.314
	1.614.151	1.361.751	3.407.009	2.715.769

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

As informações acerca dos ativos dados em garantia de operações firmadas pela Companhia se encontram descritas na nota explicativa 14, assim como as informações acerca do seguro dos ativos biológicos e riscos financeiros das operações florestais se encontram descritas na nota explicativa 25.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (equivalente ao IAS 41) - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração:

(i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de eucalipto até o terceiro ano de plantio e florestas de pinus até o quinto ano de plantio, em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo;

(ii) As florestas após o terceiro e quinto ano de plantio, de eucalipto e pinus respectivamente, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;

(iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao WACC (Custo de Capital Ponderado) da Companhia, o qual é revisado periodicamente pela Administração;

(v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade.

O plano de corte das culturas mantidas pela Companhia é variável entre 6 e 7 anos para eucalipto e entre 14 e 15 anos para pinus;

(vi) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratarem-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;

(viii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período;

(ix) A Companhia definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

b) Reconciliação das variações de valor justo

As movimentações dos períodos são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.394.938	2.762.879
Plantio	62.997	117.747
Exaustão:		
. Custo histórico	(17.891)	(39.381)
. Ajuste ao valor justo	(172.086)	(272.427)
Variação de valor justo por:		
. Preço	64.138	102.999
. Crescimento	45.672	167.578
Alienação de ativos	-	(3.122)
Deconsolidação de controladas em conjunto (*)	-	(86.937)
Transferências	(16.017)	(33.567)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.361.751	2.715.769
Plantio	54.041	88.483
Exaustão:		
. Custo histórico	(15.438)	(38.698)
. Ajuste ao valor justo	(101.002)	(220.611)
Variação de valor justo por:		
. Preço	89.655	251.473
. Crescimento	225.223	521.105
Consolidação de controlada (**)	-	86.921
Transferências	(79)	2.567
Saldo em 30 de setembro de 2012	1.614.151	3.407.009

(*) Correspondendo a deconsolidação da Centaurus Holdings S.A mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

(**) Correspondente a consolidação apartir de junho/12 da controlada Centaurus Holdings S.A, mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 destaca-se na variação do valor justo o aumento nos preços praticados na avaliação e a revisão do WACC da Companhia, reduzindo a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado, aumentando o valor justo dos ativos, refletido na variação do crescimento do período.

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos apresentados foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

		Juros anuais %	30/9/2012		
			Circulante	Não Circulante	Total
Em moeda nacional					
. BNDES - Projeto MA1100	TJLP + 4,0 e cesta(*) + 1,5		257.854	689.339	947.193
. BNDES - Outros	TJLP + 0,0 a 4,8		82.281	428.577	510.858
. Capital de giro	CDI + 0,6		18.628	58.333	76.961
. Outros	1,0 a 6,8		12.001	83.369	95.370
			370.764	1.259.618	1.630.382
Em moeda estrangeira (**)					
. BNDES - Outros	USD + 5,9		11.548	73.501	85.049
. Pré pagamentos exportação	USD + Libor 6M + 1,0 a 6,4		745.972	2.631.432	3.377.404
. Notas de crédito à exportação	USD + 3,9 a 8,1		98.043	1.049.593	1.147.636
			855.563	3.754.526	4.610.089
Total Controladora e Consolidado			1.226.327	5.014.144	6.240.471
		Juros anuais %	31/12/2011		
			Circulante	Não Circulante	Total
Em moeda nacional					
. BNDES - Projeto MA1100	TJLP + 4,0 e cesta(*) + 1,5		256.232	827.189	1.083.421
. BNDES - Outros	TJLP + 0,0 a 4,8		97.928	331.057	428.985
. Capital de giro	CDI + 0,6		17.280	66.667	83.947
. Outros	1,0 a 6,8		1.571	70.439	72.010
			373.011	1.295.352	1.668.363
Em moeda estrangeira (**)					
. BNDES - Outros	USD + 6,1		10.424	50.189	60.613
. Pré pagamentos exportação	USD + Libor 6M + 1,0 a 5,9		464.841	2.552.755	3.017.596
. Notas de crédito à exportação	USD + 7,5 a 8,1		62.221	488.543	550.764
			537.486	3.091.487	3.628.973
Total Controladora e Consolidado			910.497	4.386.839	5.297.336

(*) Cesta composta substancialmente por dólares norte-americanos

(**) Em dólares norte-americanos

BNDES

A Companhia possui contratos com o BNDES que tiveram por finalidade o financiamento de projetos de desenvolvimento industrial, como o MA 1100, com liquidação prevista até janeiro de 2017. A amortização do financiamento está sendo realizada mensalmente com os respectivos juros.

Pré-pagamentos exportação e notas de crédito à exportação

As operações de pré pagamentos e notas de crédito à exportação foram captadas em bancos de grande porte, com a finalidade de administração do capital de giro e desenvolvimento das operações da Companhia. A liquidação dos contratos está prevista para até maio de 2022.

b) Cronograma dos vencimentos não circulantes

O vencimento dos financiamentos da Companhia em 30 de setembro de 2012, classificados no passivo não circulante, é demonstrado da seguinte forma:

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Valor	219.344	836.037	905.466	581.748	800.193	559.253	610.221	501.882	5.014.144

c) Movimentação sumária dos empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.820.191	4.857.097
Captações	827.379	827.379
Provisão de Juros	263.425	263.653
Variação cambial e monetária	418.308	418.150
Amortizações e pagamento de juros	(1.031.967)	(1.068.943)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.297.336	5.297.336
Captações	1.237.237	1.237.237
Provisão de Juros	230.875	230.875
Variação cambial e monetária	393.617	393.617
Amortizações e pagamento de juros	(918.594)	(918.594)
Saldo em 30 de setembro de 2012	6.240.471	6.240.471

d) Garantias

Os financiamentos junto ao BNDES são garantidos por terrenos, edifícios, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações das fábricas de Correia Pinto – SC e Monte Alegre – PR, com valor contábil líquido de depreciação equivalente a R\$ 2.074.198 em 30 de setembro de 2012, objeto dos respectivos financiamentos, além de depósitos em garantia, bem como por avais dos acionistas controladores.

Os empréstimos de crédito de exportação, pré-pagamentos de exportações e capital de giro não possuem garantias reais.

e) Cláusulas restritivas de contratos

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer contratos de financiamentos mantidos na data das referidas demonstrações informações trimestrais que possuam cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros sobre as operações contratadas cujo descumprimento torne automaticamente exigível o pagamento da dívida.

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/9/2012	31/12/2011	30/9/2012	31/12/2011
Moeda nacional	322.168	316.435	324.070	319.835
Moeda estrangeira	11.272	10.491	15.394	15.210
	333.440	326.926	339.464	335.045

A Companhia opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores de aproximadamente 45 dias.

16 PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

a) Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

30/9/2012				
	Montante	Depósitos	Passivo	Depósitos
	Provisionado	Judiciais	Líquido	Judiciais
Na controladora:		Vinculados		sem vínculo
<u>Tributárias:</u>				
. PIS/COFINS	(13.731)	13.731	-	22.716
. IR/CS	(11.594)	9.480	(2.114)	-
. OUTRAS	(1.684)	1.789	105	31.260
	(27.009)	25.000	(2.009)	53.976
Trabalhistas	(59.475)	17.010	(42.465)	-
Cíveis	(6.049)	1.450	(4.599)	-
	(92.533)	43.460	(49.073)	53.976
<u>Nas controladas:</u>				
Outras	-	-	-	1.432
Consolidado	(92.533)	43.460	(49.073)	55.408

31/12/2011				
	Montante	Depósitos	Passivo	Depósitos
	Provisionado	Judiciais	Líquido	Judiciais
Na controladora:		Vinculados		sem vínculo
<u>Tributárias:</u>				
. PIS/COFINS	(13.730)	13.730	-	26.330
. CPMF	(8.646)	8.646	-	-
. IR/CS	(11.554)	9.480	(2.074)	-
. OUTRAS	(1.660)	1.749	89	25.248
	(35.590)	33.605	(1.985)	51.578
Trabalhistas	(58.877)	14.435	(44.442)	-
Cíveis	(5.179)	1.493	(3.686)	-
	(99.646)	49.533	(50.113)	51.578
<u>Nas controladas:</u>				
Outras	-	-	-	1.346
Consolidado	(99.646)	49.533	(50.113)	52.924

Em 30 de setembro de 2012, os riscos provisionados pela Companhia correspondem a processos de natureza tributária principalmente de questionamentos acerca de tributação de PIS/COFINS sobre venda de ações e imposto de renda e contribuição social sobre correções monetárias da Lei 8.200/91, processos de natureza trabalhista, consistentes, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária, além de ações de natureza cível, concentrados, em sua maioria, em ações de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes.

b) Movimentação sumária do montante provisionado

	Controladora e consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Exposição Líquida
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(6.877)	(41.409)	(6.174)	(54.460)
Novos processos/complementos				
e atualizações monetárias	(344)	(3.615)	(554)	(4.513)
(Provisões) /reversões	5.236	582	3.042	8.860
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(1.985)	(44.442)	(3.686)	(50.113)
Novos processos/complementos				
e atualizações monetárias	-	1.380	-	1.380
(Provisões) /reversões	(24)	597	(913)	(340)
Saldo em 30 de setembro de 2012	(2.009)	(42.465)	(4.599)	(49.073)

c) Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis não reconhecidas

A Companhia e suas controladas possuem outros processos tributários, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda avaliados como “possíveis” que são aproximadamente: tributários R\$ 513.241 (não considerando a autuação do imposto de renda descrita a seguir); trabalhistas R\$ 64.003; e cíveis R\$ 23.411. Com base na análise individual dos correspondentes processos judiciais e suportados por opinião de seus consultores jurídicos, a Administração entende que estes processos, cujos prognósticos de perda são avaliados como “possíveis”, não necessitam provisionamento.

d) Processos ativos

Em 30 de setembro de 2012 a Companhia figurava em processos judiciais envolvendo causas ativas, para as quais não existem valores provisionados em suas demonstrações financeiras, sendo os ativos reconhecidos somente após o trânsito em julgado dos processos e que o ganho seja virtualmente certo.

De acordo com a opinião de seus consultores jurídicos alguns processos são avaliados como “prováveis” de ganho de causa. Dentre os referidos processos, destaca-se o requerimento ao crédito presumido de IPI sobre as aquisições de energia elétrica, óleo combustível e gás natural utilizados no processo produtivo.

e) Autuação de imposto de renda e contribuição social / Adesão ao REFIS

A Companhia sofreu um Auto de Infração em 27 de julho de 2007 de imposto de renda e contribuição social relacionado aos desinvestimentos realizados pela Companhia no exercício de 2003. Esse Auto de Infração, incluindo principal, multa e juros, a valores atualizados em 31 de dezembro de 2009 representaria aproximadamente R\$ 1.069.000, o qual não estava registrado como provisão para riscos fiscais em função dos prognósticos de perda não serem considerados prováveis.

Dentro do prazo legal, facultado pela lei 11.941/09, a Companhia efetuou a adesão ao Programa de Parcelamento Fiscal (REFIS) e, conforme Fato Relevante divulgado em 18 de fevereiro de 2010 incluiu parte do Auto de Infração acima citado. O valor incluído no programa REFIS, em 31 de dezembro de 2009, era de aproximadamente R\$ 862.000 que, após a aplicação das regras do referido programa, foi reduzido para aproximadamente R\$ 332.000, que foi provisionado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Durante o segundo trimestre de 2012, a Administração da Companhia decidiu por optar pelo pagamento do REFIS de forma parcelada, embora conforme a referida lei, esse saldo possa ser

liquidado a qualquer momento, pelo valor registrado atualmente. Dessa forma, em 30 de junho de 2012, a Companhia reclassificou parte do saldo remanescente para o longo prazo.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo a pagar do REFIS registrado no balanço individual e consolidado, totaliza R\$ 432.501 (R\$ 430.213 em 31 de dezembro de 2011), os quais são atualizados pela taxa efetiva de juros que considera os valores futuros e a variação da Selic, sendo pagos em parcelas mensais, restando 148 parcelas em aberto na data das referidas informações trimestrais.

f) Compromissos

A Companhia e suas controladas não possuem na data das demonstrações financeiras compromissos futuros relevantes firmados que não foram divulgados nas demonstrações financeiras.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Klabin S.A., subscrito e integralizado, dividido em 917.683.296 ações, sem valor nominal, correspondente a R\$ 2.271.500 em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, assim distribuído:

<u>Acionistas</u>	30/9/2012		31/12/2011	
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>
BNDESPAR	-	79.647.040	-	87.903.340
The Bank of New York Department	-	56.416.565	-	56.153.085
Monteiro Aranha S/A	63.458.605	31.515.061	63.458.605	33.135.978
Klabin Irmãos & Cia	163.797.753	-	163.797.753	-
Niblak Participações S/A	24.699.654	-	24.699.654	-
Outros	64.871.551	403.227.067	64.871.551	393.663.330
Ações em tesouraria	-	30.050.000	-	30.000.000
	316.827.563	600.855.733	316.827.563	600.855.733

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia, e recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

b) Ações em tesouraria

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2011, foi aprovado o plano de recompra pelo prazo de 365 dias de até 41.954.318 ações preferenciais (correspondente a 10% das ações desta classe em circulação no mercado na data em questão) de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

Com base no plano de recompra de ações supracitado, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2012, a Companhia efetuou a recompra de 628.700 e 371.300 ações preferenciais de sua própria emissão, com preço médio de R\$ 8,01 e R\$ 8,08 por ação e valor total de recompra equivalente a R\$ 5.001 e R\$ 3.001, respectivamente, elevando de 30.000.000 para 31.000.000 ações preferenciais o número de ações mantidas em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento. Essas ações em tesouraria tiveram o objetivo de aplicar disponibilidades existentes.

O Plano de Outorga de ações, descrito na nota explicativa 21, concedido como remuneração de longo prazo aos executivos da Companhia, em julho de 2012 foram alienadas 475.000 ações preferenciais mantidas em tesouraria e concedido em regime de outorga o usufruto de mesma quantidade de ações, sendo baixadas de tesouraria 950.000 ações preferenciais de emissão da Companhia, com base no referido plano.

Em 30 de setembro de 2012 a Companhia mantém em tesouraria 30.050.000 ações preferenciais de sua própria emissão. O preço dessa classe de ação (PN), em 30 de setembro de 2012 em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo foi de R\$ 10,60 por ação.

c) Reservas

Reserva de reavaliação

Com base nas disposições da Deliberação CVM 27/86, o saldo refere-se à reavaliação de ativos imobilizados procedida em 1988, que é realizada mediante a depreciação ou alienação desses ativos reavaliados. O saldo é deduzido do imposto de renda e da contribuição social aplicável.

Reservas de lucros

(i) Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido do exercício auferido, que não exceda 20% do capital social, para constituição da reserva legal. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja determinado pela Assembleia de acionistas.

(ii) Reserva para investimentos e capital de giro

Reserva estatutária, constituída por parcela variável do lucro líquido anual ajustado na forma da lei e entre 5% a 75% do lucro líquido conforme estatuto da Companhia com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo imobilizado e reforço de capital de giro.

(iii) Reserva de ativos biológicos

A Reserva de ativos biológicos, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia será, pela destinação do resultado do exercício pelo que nele estiver contido, líquido dos efeitos tributários: (i) constituída em cada exercício, com receita da avaliação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) revertida para Lucros ou Prejuízos Acumulados com despesa na avaliação do valor justo dos ativos biológicos e; (iii) realizada pela exaustão do valor justo dos ativos biológicos, limitado a existência de saldo em Lucros Acumulados.

Os efeitos dos ativos biológicos que são objeto da referida reserva, constituem os ativos biológicos próprios e de controladas, contidos no resultado de equivalência patrimonial.

(iv) Reserva de dividendos propostos

Constituída com base na proposta da Administração de distribuição de dividendos da parcela excedente ao dividendo mínimo obrigatório, a ser realizada mediante aprovação em Assembleia Geral Ordinária quanto a sua distribuição.

d) Dividendos

Conforme aprovação na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 03 de Abril de 2012, a Companhia distribuiu dividendos complementares do exercício de 2011 no montante de R\$ 80.005, sendo R\$ 84,78 por lote de mil ações ordinárias nominativas – ON e R\$ 93,26 por lote de mil ações preferenciais nominativas – PN, pagos em 23 de abril de 2012.

O saldo dos dividendos complementares é mantido em conta específica no patrimônio líquido, denominada “reserva de dividendos propostos” até a sua efetiva aprovação e pagamento.

É previsto no estatuto social, a faculdade de a Administração distribuir dividendos intermediários durante o exercício de forma antecipada.

As destinações dos resultados apurados no saldo de Lucros Acumulados são registradas somente no encerramento do exercício social.

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 27 de junho de 2012, foi aprovada distribuição de dividendos intermediários do exercício de 2012 no montante de R\$ 119.996 sendo R\$ 127,02 por lote de mil ações ordinárias nominativas – ON, e R\$ 139,72 por lote de mil ações preferenciais nominativas – PN, pagos em 19 de julho de 2012.

18 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia possui somente vendas de seus produtos, sendo composta como segue:

	Controladora			
	1/7 à 30/9/2012	1/1 à 30/9/2012	1/7 à 30/9/2011	1/1 à 30/9/2011
Receita bruta de vendas de produtos	1.272.709	3.598.453	1.170.419	3.397.991
Descontos e abatimentos	(1.464)	(6.636)	(1.378)	(5.912)
Impostos incidentes sobre vendas	(212.414)	(598.374)	(202.465)	(574.750)
	1.058.831	2.993.443	966.576	2.817.329
. Mercado interno	848.728	2.361.638	806.659	2.266.574
. Mercado externo	210.103	631.805	159.917	550.755
Receita líquida de vendas	1.058.831	2.993.443	966.576	2.817.329

	Consolidado			
	1/7 à 30/9/2012	1/1 à 30/9/2012	1/7 à 30/9/2011	1/1 à 30/9/2011
Receita bruta de vendas de produtos	1.305.430	3.702.632	1.199.418	3.489.050
Descontos e abatimentos	(2.699)	(5.910)	(2.600)	(8.912)
Impostos incidentes sobre vendas	(216.965)	(611.416)	(206.195)	(585.063)
	1.085.766	3.085.306	990.623	2.895.075
. Mercado interno	844.568	2.351.808	803.290	2.256.636
. Mercado externo	241.198	733.498	187.333	638.439
Receita líquida de vendas	1.085.766	3.085.306	990.623	2.895.075

19 DESPESAS / RECEITAS POR NATUREZA

	Controladora			
	1/7 à	1/1 à	1/7 à	1/1 à
	30/9/2012	30/9/2012	30/9/2011	30/9/2011
Custos variáveis (matérias primas e materiais de consumo)	(429.772)	(1.255.829)	(450.987)	(1.342.364)
Gastos com pessoal	(164.867)	(501.121)	(156.774)	(450.175)
Depreciação, amortização e exaustão	(100.868)	(278.095)	(112.695)	(342.349)
Frete	(43.408)	(124.136)	(38.404)	(110.359)
Comissões	(620)	(1.797)	(897)	(2.234)
Contratação de serviços	(59.653)	(171.366)	(63.919)	(184.176)
Receita na alienação de controlada	-	-	49.582	49.582
Custo na alienação de controlada	-	-	(40.613)	(40.613)
Receita na alienação de ativos imobilizados	127	1.291	1	2.200
Custo na alienação e baixa de ativos imobilizados	(318)	(1.654)	(354)	(4.421)
Outras	(45.268)	(160.608)	(32.380)	(147.082)
	(844.647)	(2.493.315)	(847.440)	(2.571.991)

	Consolidado			
	1/7 à	1/1 à	1/7 à	1/1 à
	30/9/2012	30/9/2012	30/9/2011	30/9/2011
Custos variáveis (matérias primas e materiais de consumo)	(381.637)	(1.111.486)	(406.301)	(1.211.142)
Gastos com pessoal	(167.700)	(509.620)	(150.763)	(449.677)
Depreciação, amortização e exaustão	(151.759)	(423.952)	(149.813)	(462.335)
Frete	(48.215)	(150.390)	(47.136)	(139.033)
Comissões	(6.694)	(19.981)	(5.798)	(19.289)
Contratação de serviços	(60.256)	(173.097)	(64.564)	(186.036)
Receita na alienação de controlada	-	-	49.582	49.582
Custo na alienação de controlada	-	-	(40.613)	(40.613)
Receita na alienação de ativos imobilizados	127	1.291	1	2.200
Custo na alienação e baixa de ativos imobilizados	(318)	(1.654)	(354)	(4.421)
Outras	(53.350)	(172.374)	(47.269)	(179.487)
	(869.802)	(2.561.263)	(863.028)	(2.640.251)

20 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	1/7 à	1/1 à	1/7 à	1/1 à
	30/9/2012	30/9/2012	30/9/2011	30/9/2011
Receitas financeiras				
. Rendimento sobre aplicações financeiras	52.939	177.900	83.553	217.185
. Outras	20.577	31.864	2.655	17.151
. Variação cambial de ativos	1.782	37.120	42.395	22.313
	75.298	246.884	128.603	256.649
Despesas financeiras				
. Juros financiamentos	(78.363)	(238.062)	(74.544)	(194.428)
. Juros REFIS (nota explicativa 16)	(9.714)	(36.885)	(12.758)	(86.806)
. Remuneração de investidores - SCPs	-	-	-	-
. Outras	(9.806)	(22.818)	(17.876)	(33.311)
. Variação cambial de passivos	(20.895)	(396.356)	(543.719)	(365.890)
	(118.778)	(694.121)	(648.897)	(680.435)
Resultado financeiro	(43.480)	(447.237)	(520.294)	(423.786)

	Consolidado			
	1/7 à	1/1 à	1/7 à	1/1 à
	30/9/2012	30/9/2012	30/9/2011	30/9/2011
Receitas financeiras				
. Rendimento sobre aplicações financeiras	55.375	184.692	86.471	224.797
. Outras	25.801	37.100	2.664	17.181
. Variação cambial de ativos	(3.481)	31.877	42.358	22.360
	77.695	253.669	131.493	264.338
Despesas financeiras				
. Juros financiamentos	(78.363)	(238.062)	(70.135)	(195.385)
. Juros REFIS (nota explicativa 16)	(9.714)	(36.885)	(12.758)	(86.806)
. Remuneração de investidores - SCPs	(17.304)	(35.130)	(7.039)	(22.049)
. Outras	(10.054)	(23.515)	(22.640)	(34.153)
. Variação cambial de passivos	(17.119)	(389.471)	(543.313)	(362.314)
	(132.554)	(723.063)	(655.885)	(700.707)
Resultado financeiro	(54.859)	(469.394)	(524.392)	(436.369)

21 PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2012, foi aprovado o Programa de Outorga de Ações (“Plano”) como benefício a membros da diretoria e colaboradores estratégicos da Companhia.

A CVM autorizou a Companhia, através do OFICIO/CVM/SEP/GEA-2/Nº 221/2021 a realizar as operações privadas abrangidas pelo plano de incentivo a seus diretores e funcionários, excluído os acionistas controladores, de realizar transferência privada de ações mantidas em tesouraria.

De acordo com o referido Plano, a Companhia estabeleceu que os diretores estatutários e não estatutários poderão utilizar um percentual de 25% a 70% de sua remuneração variável para aquisição de ações preferenciais mantidas em tesouraria, onde a Companhia concederá o usufruto de mesma quantidade de ações ao adquirente por três anos, passando a propriedade nua das ações aos mesmos após 3 anos, desde que cumpridas as cláusulas estabelecias no Plano. O usufruto concede ao beneficiário o direito aos dividendos distribuídos no período em que o benefício estiver válido.

As cláusulas para que a transferência das ações outorgadas seja consumada estabelecem a permanência do beneficiário na Companhia e não alienação das ações adquiridas na adesão do Plano. As ações outorgadas também podem ser imediatamente cedidas em caso de demissão por iniciativa da Companhia, aposentadoria ou falecimento no beneficiário, neste último caso passando o direito das ações ao espólio.

O valor de aquisição das ações em tesouraria pelos beneficiários do Plano será obtido pela média das cotações de valor de mercado dos últimos 60 pregões das ações preferenciais da Companhia, ou de sua cotação na data de aquisição, dos dois o menor.

Com base no referido Plano, em 10 de julho de 2012 os beneficiários fizeram a aquisição de 475.000 ações PN mantidas em tesouraria pela Companhia, ao valor médio R\$ 7,82, correspondente a média dos últimos 60 pregões em 1 de março de 2012, após pagamento da remuneração variável, através de promessa de compra assinada entre as partes, efetivada após aprovação do plano. Após efetivada a aquisição, a Companhia cedeu mais 475.000 ações PN em regime de usufruto, totalizando 950.000 ações PN retiradas daquelas mantidas em tesouraria até 30 de junho de 2012. O valor das ações concedidas em usufruto foi de R\$ 8,77, correspondente a cotação das ações preferenciais (PN) em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo no dia da operação.

As ações outorgadas e a despesa proporcional ao prazo de outorga, reconhecida no resultado é acumulada no patrimônio líquido no grupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, até o fim da outorga, seja pelo vencimento do prazo de três anos, ou qualquer outra cláusula do Plano que encerre a outorga. No período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2012 foi registrado no resultado despesa de R\$ 347 equivalente a apropriação do período.

22 RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do lucro do período atribuível aos detentores de ações ordinárias - ON e preferenciais – PN da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Conforme mencionado na nota explicativa 17, a Companhia efetuou durante os meses de janeiro e fevereiro de 2012, a recompra de 1.000.000 de ações preferenciais de sua própria emissão e no mês de julho alienou e concedeu o usufruto de 950.000 ações preferenciais, elevando o número de ações mantidas em tesouraria para 30.050.000, ante as 31.000.000 mantidas anteriormente em 31 de dezembro de 2011. Essas operações afetam a média ponderada da quantidade de ações preferenciais em tesouraria no cálculo do período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação apurada da seguinte forma:

Quantidade ponderada de ações em Tesouraria - 30 de setembro de 2012					
<u>Jan</u>		<u>Fev</u>		<u>Mar à Jun</u>	
30.000.000 x 1/9	+	30.628.700 x 1/9	+	31.000.000 x 4/9	+
				30.050.000 x 3/9	=
					<u>9 Meses 2012</u>
					30.530.967

Durante o período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou a compra de 2.803.200 ações preferenciais de sua própria emissão, afetando a medida ponderada de ações em tesouraria, apurada da seguinte forma para o cálculo do resultado por ação do período:

Quantidade ponderada de ações em Tesouraria - 30 de setembro de 2011			
<u>Jan à Jul</u>		<u>Ago à Set</u>	<u>9 Meses 2011</u>
27.196.800 x 7/9	+	30.000.000 x 2/9	=
			27.819.733

O quadro abaixo, apresentado em R\$, reconcilia o lucro apurado nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, aos montantes utilizados no cálculo do resultado por ação básico e diluído:

	Controladora e consolidado		
	1/7 à 30/9/2012		
	<u>Ordinárias</u> <u>(ON)</u>	<u>Preferenciais</u> <u>(PN) (*)</u>	<u>Total</u>
<u>Denominador</u>			
Média ponderada da quantidade de ações total	316.827.563	600.855.733	917.683.296
Quantidade ações em tesouraria ponderada	-	(30.050.000)	(30.050.000)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	570.805.733	887.633.296
% de ações em relação ao total (*)	33,54%	66,46%	100%
<u>Numerador</u>			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	110.952.745	219.885.255	330.838.000
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	570.805.733	887.633.296
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	0,3502	0,3852	

Controladora e consolidado			
1/1 à 30/9/2012			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN) (*)	Total
<u>Denominador</u>			
Média ponderada da quantidade de ações total	316.827.563	600.855.733	917.683.296
Quantidade ações em tesouraria ponderada	-	(30.530.967)	(30.530.967)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	570.324.766	887.152.329
% de ações em relação ao total (*)	33,56%	66,44%	100%
<u>Numerador</u>			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	203.162.820	402.287.180	605.450.000
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	570.324.766	887.152.329
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	0,6412	0,7054	
Controladora e consolidado			
1/7 à 30/9/2011			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN) (*)	Total
<u>Denominador</u>			
Média ponderada da quantidade de ações total	316.827.563	600.855.733	917.683.296
Quantidade ações em tesouraria ponderada	-	(29.065.600)	(29.065.600)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	571.790.133	888.617.696
% de ações em relação ao total (*)	33,50%	66,50%	100%
<u>Numerador</u>			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	(81.419.741)	(161.635.259)	(243.055.000)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	571.790.133	888.617.696
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	(0,2570)	(0,2827)	
Controladora e consolidado			
1/1 à 30/9/2011			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN) (*)	Total
<u>Denominador</u>			
Média ponderada da quantidade de ações total	316.827.563	600.855.733	917.683.296
Quantidade ações em tesouraria ponderada	-	(27.819.733)	(27.819.733)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	573.036.000	889.863.563
% de ações em relação ao total (*)	33,45%	66,55%	100%
<u>Numerador</u>			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	20.167.014	40.122.986	60.290.000
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	573.036.000	889.863.563
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	0,0638	0,0700	

(*) As ações preferenciais recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

23 SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:

(i) Segmento Florestal: envolve as operações de plantio e cultivo florestal de pinus e eucalipto para abastecimento das fábricas de papéis da Companhia e venda de madeiras (toras) para terceiros no mercado interno.

(ii) Segmento de Papéis: envolve substancialmente a produção e as operações de venda de bobinas de papel cartão, papel kraftliner e papel reciclado, nos mercados interno e externo.

(iii) Segmento de Conversão: envolve a produção e as operações de venda de caixas de papelão ondulado, chapas de papelão ondulado e sacos industriais, nos mercados interno e externo.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado				
	1/7 à 30/9/2012				
	Florestal	Papéis	Conversão	Corporativa/ eliminações	Total
Receitas líquidas:					
.Mercado interno	81.102	335.100	428.250	116	844.568
.Mercado externo	-	210.517	30.681	-	241.198
Receita de vendas para terceiros	81.102	545.617	458.931	116	1.085.766
Receitas entre segmentos	124.663	226.865	2.367	(353.895)	-
Vendas líquidas totais	205.765	772.482	461.298	(353.779)	1.085.766
Variação valor justo ativos biológicos	333.122	-	-	-	333.122
Custo dos produtos vendidos	(207.238)	(484.101)	(371.253)	347.786	(714.806)
Lucro bruto	331.649	288.381	90.045	(5.993)	704.082
Despesas/ receitas operacionais	(5.273)	(77.242)	(48.382)	(22.344)	(153.241)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	326.376	211.139	41.663	(28.337)	550.841
<u>Venda de produtos (em toneladas)</u>					
.Mercado interno	-	160.743	155.551	-	316.294
.Mercado externo	-	115.733	7.492	-	123.225
.Entre segmentos	-	174.974	477	(175.451)	-
	-	451.450	163.520	(175.451)	439.519
<u>Venda de madeira (em toneladas)</u>					
.Mercado interno	747.218	-	-	-	747.218
.Entre segmentos	1.814.741	-	-	(1.814.741)	-
	2.561.959	-	-	(1.814.741)	747.218
Investimentos no período	43.378	167.695	34.490	8.968	254.531
Depreciação, exaustão e amort.	(100.498)	(43.644)	(6.360)	(1.257)	(151.759)

	Consolidado				
	1/1 à 30/9/2012				
	Florestal	Papéis	Conversão	Corporativa/ eliminações	Total
Receitas líquidas:					
.Mercado interno	233.333	881.934	1.236.198	343	2.351.808
.Mercado externo	-	641.035	92.463	-	733.498
Receita de vendas para terceiros	233.333	1.522.969	1.328.661	343	3.085.306
Receitas entre segmentos	362.180	660.306	11.447	(1.033.933)	-
Vendas líquidas totais	595.513	2.183.275	1.340.108	(1.033.590)	3.085.306
Variação valor justo ativos biológicos	772.578	-	-	-	772.578
Custo dos produtos vendidos	(597.554)	(1.448.216)	(1.079.810)	1.027.369	(2.098.211)
Lucro bruto	770.537	735.059	260.298	(6.221)	1.759.673
Despesas/ receitas operacionais	(13.511)	(226.043)	(159.437)	(38.732)	(437.723)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	757.026	509.016	100.861	(44.953)	1.321.950
Venda de produtos (em toneladas)					
.Mercado interno	-	424.779	452.377	-	877.156
.Mercado externo	-	387.811	24.122	-	411.933
.Entre segmentos	-	507.607	2.501	(510.108)	-
	-	1.320.197	479.000	(510.108)	1.289.089
Venda de madeira (em toneladas)					
.Mercado interno	2.197.970	-	-	-	2.197.970
.Entre segmentos	5.311.350	-	-	(5.311.350)	-
	7.509.320	-	-	(5.311.350)	2.197.970
Investimentos no período	134.544	244.244	93.094	25.857	497.739
Depreciação, exaustão e amort.	(274.894)	(125.859)	(20.171)	(3.028)	(423.952)
Ativo total - 30/9/2012	6.423.915	4.228.383	940.972	2.803.877	14.397.147
Passivo total - 30/9/2012	1.758.498	839.727	160.403	6.279.040	9.037.668
Patrimônio líquido - 30/9/2012	4.665.417	3.388.656	780.569	(3.475.163)	5.359.479
	Consolidado				
	1/7 à 30/9/2011				
	Florestal	Papéis	Conversão	Corporativa/ eliminações	Total
Receitas líquidas:					
.Mercado interno	72.242	305.213	425.902	(67)	803.290
.Mercado externo	-	166.595	20.738	-	187.333
Receita de vendas para terceiros	72.242	471.808	446.640	(67)	990.623
Receitas entre segmentos	120.546	228.362	3.464	(352.372)	-
Vendas líquidas totais	192.788	700.170	450.104	(352.439)	990.623
Variação valor justo ativos biológicos	19.255	-	-	-	19.255
Custo dos produtos vendidos	(213.809)	(508.441)	(362.406)	355.174	(729.482)
Lucro bruto	(1.766)	191.729	87.698	2.735	280.396
Despesas/ receitas operacionais	(6.918)	(67.599)	(47.392)	(11.637)	(133.546)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(8.684)	124.130	40.306	(8.902)	146.850
Venda de produtos (em toneladas)					
.Mercado interno	-	150.788	156.934	-	307.722
.Mercado externo	-	119.662	6.405	-	126.067
.Entre segmentos	-	181.057	977	(182.034)	-
	-	451.507	164.316	(182.034)	433.789
Venda de madeira (em toneladas)					
.Mercado interno	688.097	-	-	-	688.097
.Entre segmentos	1.802.254	-	-	(1.802.254)	-
	2.490.351	-	-	(1.802.254)	688.097
Investimentos no período	31.299	43.315	20.097	1.206	95.917
Depreciação, exaustão e amort.	(93.411)	(48.180)	(7.421)	(801)	(149.813)

	Consolidado				
	1/1 à 30/9/2011				
	Florestal	Papéis	Conversão	Corporativa/ eliminações	Total
Receitas líquidas:					
.Mercado interno	213.162	824.960	1.218.296	218	2.256.636
.Mercado externo	-	575.668	62.771	-	638.439
Receita de vendas para terceiros	213.162	1.400.628	1.281.067	218	2.895.075
Receitas entre segmentos	352.435	640.890	10.096	(1.003.421)	-
Vendas líquidas totais	565.597	2.041.518	1.291.163	(1.003.203)	2.895.075
Variação valor justo ativos biológicos	272.146	-	-	-	272.146
Custo dos produtos vendidos	(631.736)	(1.559.574)	(1.029.593)	1.007.383	(2.213.520)
Lucro bruto	206.007	481.944	261.570	4.180	953.701
Despesas/ receitas operacionais	(39.717)	(222.642)	(143.734)	(20.638)	(426.731)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	166.290	259.302	117.836	(16.458)	526.970
<u>Venda de produtos (em toneladas)</u>					
.Mercado interno	-	404.570	459.965	-	864.535
.Mercado externo	-	421.868	19.900	-	441.768
.Entre segmentos	-	513.407	3.013	(516.420)	-
	-	1.339.845	482.878	(516.420)	1.306.303
<u>Venda de madeira (em toneladas)</u>					
.Mercado interno	2.090.549	-	-	-	2.090.549
.Entre segmentos	5.229.572	-	-	(5.229.572)	-
	7.320.121	-	-	(5.229.572)	2.090.549
Investimentos no período	98.135	168.051	36.273	2.278	304.737
Depreciação, exaustão e amort.	(297.437)	(140.372)	(22.113)	(2.413)	(462.335)

O saldo na coluna Corporativa/eliminações envolve substancialmente despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos.

As informações acerca do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização pela Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

c) Informações das receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas da Companhia provenientes dos clientes no mercado externo, no resultado consolidado dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012, correspondem a R\$ 241.198 e R\$ 733.498, respectivamente (R\$ 187.333 e R\$ 638.439 nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011). A tabela abaixo demonstra a distribuição da receita líquida dos referidos exercícios por país estrangeiro:

País	Consolidado			
	1/7 à 30/9/2012		1/1 à 30/9/2012	
	Receita Total (R\$/milhões)	% na Receita Líquida Total	Receita Total (R\$/milhões)	% na Receita Líquida Total
Argentina	89	8,6%	235	7,6%
China	34	3,3%	94	3,0%
Cingapura	21	2,0%	65	2,1%
Itália	10	1,0%	35	1,1%
Equador	3	0,3%	34	1,1%
Espanha	15	1,5%	29	0,9%
Nigéria	2	0,2%	25	0,8%
Bélgica	3	0,3%	25	0,8%
França	9	0,9%	23	0,7%
Alemanha	5	0,5%	21	0,7%
Turquia	4	0,4%	16	0,5%
Outros pulverizados	46	4,5%	131	4,2%
	241	23%	733	24%

País	Consolidado			
	1/7 à 30/9/2011		1/1 à 30/9/2011	
	Receita Total (R\$/milhões)	% na Receita Líquida Total	Receita Total (R\$/milhões)	% na Receita Líquida Total
Argentina	84	8,9%	205	7,1%
China	13	1,4%	82	2,8%
Cingapura	35	3,7%	57	2,0%
Itália	17	1,8%	31	1,1%
Equador	-10	-1,1%	29	1,0%
Espanha	-7	-0,7%	26	0,9%
Alemanha	2	0,2%	18	0,6%
África do Sul	-2	-0,2%	14	0,5%
Turquia	2	0,2%	14	0,5%
Filipinas	-6	-0,6%	13	0,4%
Outros pulverizados	59	6,2%	149	5,1%
	187	20%	638	22%

A receita líquida da Companhia proveniente dos clientes no mercado brasileiro no resultado consolidado dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012, correspondem a R\$ 844.568 e R\$ 2.351.808, respectivamente (R\$ 803.290 e R\$ 2.256.636 nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, no segmento de papéis, um único cliente de cartões foi responsável por aproximadamente 21% da receita líquida da Companhia, correspondente a aproximadamente R\$ 653.000 (R\$ 572.000 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011). O restante da base de clientes da Companhia é pulverizada, de forma que nenhum dos demais clientes, individualmente, concentra participação relevante (acima de 10%) da receita líquida de vendas da Companhia.

24 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Os principais riscos da Companhia estão descritos a seguir:

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar, empréstimos a pagar, instrumentos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos.

(i) Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A composição dessa exposição é como segue:

	Consolidado	
	30/9/2012	31/12/2011
Conta corrente e aplicações financeiras	359.800	81.500
Contas a receber (líquido de PCLD) e outros ativos	219.000	225.800
Outros ativos e passivos	(7.200)	(5.500)
Pré-pagamentos de exportações (financiamentos)	(4.610.089)	(3.628.973)
Exposição líquida	(4.038.489)	(3.327.173)

O saldo por ano de vencimento em 30 de setembro de 2012 dessa exposição líquida está dividido da seguinte maneira:

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Valor	234.424	(642.447)	(463.095)	(487.952)	(451.990)	(721.138)	(476.748)	(1.029.543)	(4.038.489)

Na data de 30 de setembro de 2012, a Companhia não possui derivativos contratados para proteção da exposição cambial de longo prazo, entretanto, para fazer frente a tal exposição passiva líquida, a Companhia possui plano de vendas cujo fluxo projetado de receitas de exportação de aproximadamente USD 500 milhões anuais e seus recebimentos, se forem concretizados, superam o fluxo de pagamentos dos respectivos passivos, compensando o efeito caixa dessa exposição cambial no futuro.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos indexados pela variação da TJLP, LIBOR e do CDI, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI e Selic, expondo estes ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a juros abaixo. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “*hedge*”/ “*swap*” contra a exposição desses riscos de mercados, mantendo em aberto somente uma operação de *swap* de taxas (instrumento financeiro sintético), com o objetivo de reduzir a taxa de juros efetiva em conjunto com uma operação de pré-pagamento de exportação. A operação efetuada pela Companhia é a seguinte:

(a) Pré-Pagamento de exportação contratado com o Banco Itaú BBA S.A. no montante de USD 25 milhões, com incidência de juros correspondente a Libor de 6 meses mais uma parcela fixa de 1,36%.a.a. O pagamento dos juros é efetuado semestralmente e o principal amortizado em nove parcelas, com início em outubro de 2011 e término em outubro de 2015.

(b) Para redução da parcela fixa dos juros desse pré-pagamento, a Companhia contratou um *swap* de taxa de juros, com característica de instrumento financeiro sintético, com a mesma contraparte relacionada ao pré-pagamento, Banco Itaú BBA S.A.. O *swap* foi contratado nas seguintes condições: (a) posição ativa no mesmo montante (valor notional) em dólar do pré-pagamento acima e datas de vencimento, remunerado pela Libor de 6 meses mais 1,40% a.a, e (b) posição passiva no mesmo montante em dólar do pré-pagamento acima, remunerado pela Libor de 6 meses mais 1,15% a.a. As amortizações ocorrem exatamente nas mesmas datas pactuadas no contrato de pré-pagamento descrito anteriormente.

Dessa forma, havendo as mesmas variáveis na posição ativa e passiva (US\$ e Libor), referido *swap* tem o objetivo exclusivo de redução da taxa efetiva de juros da transação do pré-pagamento em 0,25% a.a., gerando uma receita de aproximadamente R\$ 110 no resultado de cada exercício. O vencimento da operação será em 2015.

Apesar da contratação do *swap* de taxa de juros comentada acima, a prática adotada é de monitoramento contínuo das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Adicionalmente, a Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justifica a sua opção por taxas flutuantes.

A composição do risco de taxa de juros é como segue:

	Consolidado	
	30/9/2012	31/12/2011
Aplicações financeiras - CDI	2.551.647	2.251.875
Aplicações financeiras - Selic	236.025	221.260
Exposição ativa	2.787.672	2.473.135
Financiamentos - CDI	(76.961)	(83.947)
Financiamentos - TJLP	(1.458.051)	(1.512.406)
Financiamentos - Libor	(3.377.404)	(3.017.596)
Exposição passiva	(4.912.416)	(4.613.949)

Risco de crédito e de aplicação dos recursos

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados.

Em 30 de setembro de 2012, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 6. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras e operação de títulos e valores mobiliários, com valores descritos nas notas explicativas 4 e 5.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. Adicionalmente, há análises específicas e normas aprovadas pela Administração para as aplicações financeiras em instituições financeiras com boas avaliações de *rating* pelas agências de avaliação de risco e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro, buscando uma aplicação de forma conservadora e segura.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos financiamentos firmados junto a instituições financeiras.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 30 de setembro de 2012:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Fornecedores	(339.464)	-	-	-	-	-	-	-	(339.464)
Financiamentos	(419.419)	(1.242.523)	(1.069.915)	(1.052.238)	(656.338)	(901.020)	(636.417)	(1.325.262)	(7.303.132)
Total	(758.883)	(1.242.523)	(1.069.915)	(1.052.238)	(656.338)	(901.020)	(636.417)	(1.325.262)	(7.642.596)

A projeção orçamentária para os próximos exercícios aprovada pelo Conselho de Administração demonstra capacidade de cumprimento das obrigações, caso este seja concretizado.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 14), deduzidos pelo saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (notas explicativas 4 e 5), e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

O índice de endividamento líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	30/9/2012	31/12/2011
Caixa, equiv. caixa e títulos e val. mobiliários	3.150.588	2.562.324
Empréstimos e financiamentos	(6.240.471)	(5.297.336)
Endividamento líquido	(3.089.883)	(2.735.012)
Patrimônio líquido	5.359.479	4.958.302
Índice de endividamento líquido	(0,58)	(0,55)

b) Instrumentos financeiros

A Companhia possui os instrumentos financeiros classificados em:

Empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia classificou os títulos e valores mobiliários que são representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (nota explicativa 5) como ativos financeiros mantidos para negociação, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor aplicado acrescido dos juros reconhecidos no rendimento da operação. Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo ao custo amortizado, não gerando efeito no patrimônio líquido da Companhia. O saldo desses títulos em 30 de setembro de 2012 no balanço consolidado corresponde a R\$ 236.025.

c) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de taxas de juros que a Companhia está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 30 de setembro de 2012:

(i) Exposição a câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 30 de setembro de 2012 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas informações trimestrais, para o cenário II esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III em 50%.

É importante salientar que os vencimentos dos financiamentos, conforme cronograma de vencimento demonstrado na nota explicativa 14, não ocorrerão substancialmente em 2012, sendo

assim, a variação cambial não terá efeito no caixa decorrente desta análise. Em contrapartida, as exportações da Companhia, deverão ter o impacto da variação cambial já durante o ano.

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e fornecedores a pagar em moeda estrangeira) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma, como mencionado anteriormente, fará frente a eventual perda cambial futura.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro de 12 meses:

	Saldo 30/9/2012	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	US\$	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)
Ativos							
Caixa e caixa equivalentes	177.189	2,00	(5.422)	2,50	83.173	3,00	171.767
Contas a receber, líquido de							
PCLD	107.850	2,00	(3.300)	2,50	50.625	3,00	104.550
Outros ativos e passivos	(3.546)	2,00	232	2,50	(3.560)	3,00	(7.352)
Financiamentos	(2.270.309)	2,00	69.471	2,50	(1.065.683)	3,00	(2.200.838)
Efeito líquido no resultado financeiro			60.981		(935.445)		(1.931.873)

(ii) Exposição a Juros

As aplicações financeiras e os financiamentos são atrelados a taxa de juros pós-fixada do CDI, exceto aqueles atrelados à TJLP e Libor. Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas informações trimestrais, utilizando para Selic, Libor e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário I, para o cenário II estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III em 50%.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no resultado futuro de 12 meses:

		Saldo 30/9/2012	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		R\$	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)
Aplicações financeiras								
CDB's	CDI	2.551.647	7,25%	184.994	9,06%	231.243	10,88%	277.492
LFT's	Selic	236.025	7,25%	17.112	9,06%	21.390	10,88%	25.668
Financiamentos								
Capital de giro	CDI	(76.961)	7,25%	(5.580)	9,06%	(6.975)	10,88%	(8.370)
BNDES	TJLP	(1.458.051)	5,50%	(80.193)	6,90%	(100.241)	8,30%	(120.289)
Pré-pagamento de exportação	Libor	(3.377.404)	0,63%	(21.278)	0,80%	(26.597)	0,90%	(31.916)
Efeito líquido no resultado financeiro				95.055		118.820		142.585

25 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia concede a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica e plano de aposentadoria. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício.

a) Previdência privada

O plano de previdência privada da Klabin - Plano Prever, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A., foi instituído em 1986 sob a modalidade de benefício definido. A partir de 1998 houve uma reestruturação que resultou na conversão do plano para a modalidade de contribuição definida.

Em novembro de 2001, foi instituído um novo plano de previdência privada o Plano de Aposentadoria Complementar Klabin - PACK, também administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. e estruturado no conceito de PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres.

Aos participantes do Plano Prever foi dada a opção de migração para o novo plano. Em ambos os planos não são assumidos pela Companhia nenhuma responsabilidade pela garantia de níveis mínimos de benefícios aos participantes que venham a se aposentar.

b) Assistência médica

A Companhia, por meio de acordo firmado com o Sindicato da Indústria de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel do Estado de São Paulo, assegura o custeio de assistência médica (Hospital SEPACO, principal plano) de forma permanente aos seus ex-funcionários que se aposentaram até 2001, bem como para os seus dependentes até completarem a maioridade e cônjuge, de forma vitalícia estando vedada a novas adesões.

A Companhia entende que a referida assistência médica caracteriza um plano de benefício definido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, diante disso mantém registrada a provisão para o passivo atuarial estimado no montante de R\$ 38.130 (R\$ 38.130 em 31 de dezembro de 2011), no passivo não circulante na rubrica de "Outras Contas a Pagar e Provisões" no passivo não circulante.

Na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2011, foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e biométricas: taxa de desconto de 10,25% a.a. nominal, taxa de crescimento nominal dos custos médicos variável iniciando em 2012 com 12,5% a.a. atingindo a 6,0% a.a. em 2023, inflação de longo prazo de 4,5% a.a. e tábua biométrica de mortalidade RP 2000.

O aumento ou decréscimo de um ponto percentual nas taxas utilizadas no cálculo atuarial, não trazem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Este plano não possui ativos para divulgação.

26 COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possui seguros contra incêndio, raio, explosão, danos elétricos, e vendaval para as suas instalações industriais, administrativas e estoque. Possui ainda seguros com coberturas para responsabilidade civil geral, e responsabilidade de D&O, auto e riscos diversos para equipamentos móveis, no montante de R\$ 2.259.305.

Em função da natureza de suas atividades, da distribuição das florestas em diversas áreas distintas e das medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos da floresta a Companhia concluiu tecnicamente pela não contratação de seguros contra danos causados às mesmas, optando pela adoção de políticas de proteção, as quais, historicamente, têm se mostrado altamente eficientes sem que tenha havido qualquer comprometimento às atividades e à condição financeira da Companhia. Dessa forma, a Administração entende que sua estrutura de gerenciamento dos riscos financeiros relacionados as atividades florestais é adequada para a continuidade operacional da Companhia.

27 EVENTOS SUBSEQUENTES

A emissão dessas informações contábeis intermediárias da Klabin S.A. (“Companhia”) e de suas controladas foram autorizadas pela diretoria financeira em 25 de outubro de 2012.

Aprovação do plano de recompra de ações

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 11 de outubro de 2012, foi aprovado um plano de recompra pelo prazo de 365 dias de até 44.320.575 ações preferenciais de sua própria emissão (correspondente a 10% das ações desta classe em circulação no mercado na data em questão), para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.